

Constelações para além do Atlântico:

dinâmicas entre Brasil e Europa em torno do Valor Universal Excepcional da cidade do Rio de Janeiro

Constellations outre atlantique: la construction d'un jeu d'acteurs entre Brésil et Europe autour de la V.U.E. de Rio de Janeiro

Véronique Zaman*

RESUMO: Embora os instrumentos e as categorias elaborados pela UNESCO pareçam universais, tal conjunto não deve ocultar as concepções locais do campo patrimonial, as quais frequentemente precedem a existência da ideia de patrimônio mundial; nem mesmo pode fazer esquecer a complexidade do processo necessário para finalizar uma candidatura à Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO. O processo de formalização da inscrição do Valor Universal Excepcional (VUE) da cidade do Rio de Janeiro, tomada como paisagem *cultural urbana*, teve início em 2001 e concluiu-se em 2012. Neste caso, a consideração da dinâmica de atores configurada entre Brasil e Europa ao longo de três tentativas de construção do VUE carioca permitenos evidenciar um impulso à abertura das lógicas patrimoniais da UNESCO voltadas, sobretudo, para os países emergentes, as quais exigem uma reorientação dos instrumentos jurídicos dessa organização internacional a partir de contextos locais.

Palavras-chave: valor patrimonial universal, paisagem cultural urbana, lógica patrimonial.

I ntrodução

O Valor Universal Excepcional (VUE) fundamenta a concepção de patrimônio tal como esta tem sido veiculada pelo UNESCO¹, a partir da criação da Convenção do Patrimônio Mundial², em 1972. Frente a suas múltiplas interpretações e aplicações, uma reunião internacional de especialistas realizou-se na Rússia em 2005³ a fim de acordar uma definição mais precisa desta noção. A partir de então, considera-se que o VUE permite distinguir “bens” que possuem “*uma importância cultural e/ou natural realmente excepcional, a qual transcenda as*

1 Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

2 <http://whc.unesco.org/fr/convention/> (consultado em fevereiro de 2013).

3 Reunião que teve lugar em Kazan, de 6 a 9 de abril de 2005, e cujas recomendações e conclusões podem ser consultadas a partir do link: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001398/139883f.pdf> (consultado em fevereiro de 2013).

4 Seção II. A. parágrafo 49 das Orientações que deviam guiar a concretização da Convenção do Patrimônio Mundial, 2005; <http://whc.unesco.org/fr/orientations> (consultado em fevereiro de 2013).

5 <http://whc.unesco.org/fr/list/> (consultado em fevereiro de 2013).

6 K.MATSUURA, « Introduction à la Déclaration universelle de l'UNESCO sur la diversité culturelle », UNESCO, Paris, 2001, <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160m.pdf> (consultado em fevereiro de 2013).

7 Jean Michel LUCAS / Doc Kasimir Bisou, « Le PCI à l'épreuve de l'universalité », in « Le Patrimoine, oui. Mais quel patrimoine ? », Internationale de l'imaginaire n°27, Maison des cultures du monde, Babel, 482p, novembro de 2012, Paris.

8 <http://whc.unesco.org/fr/list/1100/> (consultado em fevereiro de 2013).

fronteiras nacionais e apresente o mesmo caráter inestimável para as gerações atuais e futuras da humanidade como um todo.”⁴ Dependente da VUE, a atribuição do título conferido pela UNESCO supõe transcender as condições de apreensão e interpretação, as nacionalidades e os universos sociais de grupos específicos, conferindo assim um reconhecimento patrimonial universal aos “bens” que por eles são designados.

O vocabulário, os instrumentos e as categorias elaborados pela UNESCO parecem, a partir de agora comuns a todas as culturas. Testemunha disto tem sido o grande sucesso que conhece hoje a Lista do Patrimônio Mundial, a qual conta com 157⁵ países com bens inscritos. Esta importante adesão reforça a ideia de uma grande partilha para “*rejeitar a tese de conflitos inevitáveis entre culturas e civilizações*”⁶. No entanto, ela não deve ocultar os diferentes objetos e usos, bem como as concepções locais do campo patrimonial, as quais frequentemente precedem a existência da ideia de patrimônio mundial; nem mesmo deve fazer esquecer a complexidade do processo que ocorre para finalizar uma inscrição.

Em vista do impacto econômico, político, midiático e cultural, gerado por toda inscrição nesta lista, podemos questionar as motivações territoriais e culturais que se encontram na origem das candidaturas, bem como o corpo social ou as instituições de onde elas surgem. O rótulo UNESCO pode efetivamente tornar-se um instrumento para as políticas urbanas e culturais de qualquer cidade que tenha a ambição de se fazer (re)conhecer no cenário internacional. O reconhecimento de um VUE se encontra assim instrumentalizado entre desafios de afirmação identitária e territoriais.

A elaboração de um dossiê de candidatura para integrar a lista do patrimônio mundial da UNESCO constitui então um processo desencadeado por atores mobilizados para “*metamorfosar o patrimônio local em patrimônio universal*”⁷. Esta metamorfose se efetua sob a pressão de diversos parâmetros que orientam interações sociais e políticas, mas também dinâmicas interculturais e econômicas do país envolvido.

Como se constrói um discurso coletivo sobre o patrimônio? Quem produz patrimônio hoje? De que modo as equipes responsáveis pela elaboração de uma candidatura são constituídas? Quais podem ser os conflitos de interpretação em jogo?

O processo de formalização da candidatura de uma parte dos territórios da cidade do Rio de Janeiro, tomada como paisagem cultural, teve início em 2001 e concluiu-se no mês de julho de 2012⁸. Este processo compôs-se de três grandes etapas marcadas igualmente por três tentativas de candidatura.

Considerando a elaboração de um VUE para a cidade do Rio de Janeiro, a observação da dinâmica de atores configurada entre Brasil e Europa ao longo de tais etapas permite-nos evidenciar pistas de reflexão que correspondam aos questionamentos anteriormente enunciados.

A contribuição representada por este artigo tem como ponto de partida uma reflexão elaborada ao longo de minha pesquisa doutoral⁹ em curso. Ela se baseia em resultados de entrevistas efetuadas a partir de 2010 no seio de diferentes instituições implicadas nesta candidatura e no estudo dos diferentes dossiês produzidos.

Um processo em três

Etapa 01 – 2001-2003: “Rio de Janeiro: o Pão de Açúcar, a Floresta da Tijuca e o Jardim Botânico.”

O Ministério do Meio Ambiente¹⁰ e o governo do Estado do Rio de Janeiro¹¹ supervisionaram esta candidatura elaborada por técnicos municipais, especialistas em meio ambiente (SMAC¹²) e gestores das entidades geográficas envolvidas (Parque Nacional da Tijuca e Jardim Botânico). Majoritariamente eram então organismos públicos locais e nacionais que se achavam implicados.

Personalidades saídas do meio universitário local foram igualmente solicitadas a produzir textos servindo de suporte e de acompanhamento à apresentação do sítio escolhido. E foi finalmente a sessão cultural do Ministério das Relações Exteriores¹³ que transmitiu o dossiê ao Centro do Patrimônio Mundial da UNESCO¹⁴, em 2002.

Como indica o título do dossiê, o sítio identificado compunha-se de elementos naturais que são o Parque Nacional da Tijuca, o Pão de Açúcar e o Jardim Botânico.

No entanto, os responsáveis desejavam produzir este patrimônio a partir do reconhecimento da especificidade da cidade do Rio de Janeiro, a qual resulta de uma imbricação original entre urbanidade e natureza. Eles articularam então o discurso que estrutura o dossiê em torno da dimensão cultural do sítio, apresentando-o como um conjunto que resulta da união da cidade, do mar e da montanha. O discurso¹⁵ fazia assim referência à “paisagem cultural”¹⁶ e a seus três tipos¹⁷:

– “paisagem como criação internacional do homem (o Jardim Botânico e a floresta da Tijuca);

– paisagem evolutiva que conserva um papel ativo, porque ‘a floresta influencia a cidade tanto quanto a cidade influencia a floresta’;

9 Tese de doutorado (em curso) em urbanismo e planejamento urbano na Université Paris Ouest - Nanterre La Défense / L.A.A. - L. A. V. U. E. (UMR CNRS 7218). Título provisório : « *Hors-champ patrimonial. La construction du paysage culturel de Rio de Janeiro entre transformations urbaines et labellisation UNESCO.* »

10 <http://www.mma.gov.br/> (consultado em fevereiro de 2013).

11 <http://www.rj.gov.br/web/guest> (consultado em fevereiro de 2013).

12 Serviço responsável pelo meio ambiente, vinculado ao governo municipal do Rio de Janeiro, www.rio.rj.gov.br/web/smac/ (consultado em fevereiro de 2013).

13 <http://www.itamaraty.gov.br/> (consultado em fevereiro de 2013).

14 <http://whc.unesco.org/fr/centre-du-patrimoine-mondial/> (consultado em fevereiro de 2013).

15 Justificativa formulada por Estado-membro (resumo), UNESCO, *Evaluation des biens culturels*, WHC - 03/27 COM/INF8A, P14, 2003, <http://whc.unesco.org/archive/2003/whc03-27com-inf08af.pdf> (consultado em fevereiro de 2013).

16 <http://whc.unesco.org/fr/PaysagesCulturels/> (consultado em fevereiro de 2013).

17 UNESCO, *Orientations devant guider la mise en oeuvre de la Convention du Patrimoine Mondial*, anexo 3, p89-90, 2008, <http://whc.unesco.org/archive/opguide08-fr.pdf#annex3> (consultado em fevereiro 2013).

18 Justificativa formulada por Estado-membro (resumo), UNESCO, *Evaluation des biens culturels*, WHC-03/27COM/INF.8A, P14, 2003, <http://whc.unesco.org/archive/2003/whc03-27com-inf08af.pdf> (consultado em fevereiro de 2013).

19 Representante da Secretaria do Meio Ambiente do Município do Rio de Janeiro (SMAC), no seio do comitê técnico para a indicação do Rio à UNESCO.

20 <http://whc.unesco.org/fr/criteres/> (consultado em fevereiro de 2013).

21 www.iucn.org/fr/ (consultado em fevereiro de 2013).

22 www.icomos.org/ (consultado em fevereiro de 2013).

23 *Evaluation IUCN des propositions d'inscription de sites naturels et mixtes sur la Liste du patrimoine*

– *paisagem associativa centrada no potencial iconográfico do Pão de Açúcar e da estátua do Cristo Redentor, no Corcovado.*

*Este conjunto oferece uma dentre as paisagens mais admiradas no mundo, uma das paisagens culturais das mais complexas e pode ser que seja a paisagem urbana a mais original*¹⁸.

Em seguida, as discussões trataram rapidamente das orientações que deveriam ser tomadas em relação às duas categorias da UNESCO, nas quais a candidatura era capaz de se inserir. Esta capacidade de imbricação entre elementos naturais e tecido urbano revelava-se na época difícil de fazer reconhecer como VUE na categoria sítio cultural. Os critérios pareciam então levar em conta só paisagens modificadas pelo ser humano, seja por razões econômicas (exemplo: paisagens vinícolas da jurisdição de Saint Emilion/França), seja por razões religiosas (exemplo: Monte Wutai, uma das quatro montanhas sagradas do budismo/China), mas nunca configuravam uma urbanidade no âmbito da natureza.

“Os sítios já reconhecidos pela UNESCO como paisagens culturais não tinham nenhuma relação com a nossa realidade” (Extraído da entrevista com L. Pizotti)¹⁹.

Finalmente, formulou-se a proposta de que esta candidatura integrasse a categoria de sítio misto, respondendo aos critérios 2, 3, 4 e 6²⁰. O dossiê passou então a sofrer de falta de coerência, tanto na sua formalização (sítio natural versus discursos sobre a paisagem cultural), quanto na sua gestão administrativa (dossiê constituído majoritariamente por técnicos do meio ambiente e, ao final, apresentado por políticos vinculados ao meio cultural).

Além disso, a unidade necessária à compreensão da paisagem foi afetada por problemas ambientais (poluição da Lagoa Rodrigo de Freitas ou da baía de Guanabara) e sociais (violência urbana, favelas não pacificadas situadas na encosta do Parque) existentes na época no Rio, os quais excluía de fato certas zonas do sítio, a fim de não fragilizar o dossiê da candidatura. O IUCN (encarregado do estudo do aspecto natural veiculado nas candidaturas) e o ICOMOS (responsável pela análise dos elementos culturais que integram a justificativa das candidaturas) tiveram conseqüentemente dificuldades em apreender a natureza do “bem” proposto.

Em 2003, esta candidatura foi assim rejeitada pela IUCN²¹ e postergada pelo ICOMOS²². O primeiro avaliou que o sítio não preenchia o critério 3, relativo ao aspecto natural, pois este órgão “*considera que a beleza do sítio provém, de um lado, do contraste entre as colinas isoladas e as florestas e, de outro,*

*da dinâmica da cidade do Rio de Janeiro, mais do que de elementos naturais como um valor em si mesmo*²³. O segundo afirmava que havia uma falta de adequação entre o perímetro proposto e os valores culturais reivindicados: *“se a área verde do Rio for considerada como sendo um valor universal na qualidade de paisagem cultural, pela forma como ela está imbricada na cidade e pela qual contribui para construir a identidade do Rio, então a lógica dos limites propostos é difícil de ser justificada”*²⁴

Esta rejeição ilustra certo descompasso entre vontade patrimonial em escala local, sua metamorfose no âmbito da construção de uma candidatura adequada ao VUE, e a interpretação desta candidatura por organismos em âmbito internacional.

Etapa 2 – 2004: “Rio, paisagem cultural: plano de gestão de conservação”

Uma segunda candidatura foi lançada em 2004, a partir da recepção das críticas e observações do IUCN e do ICOMOS. Desta vez, foram os técnicos especializados em patrimônio e vinculados à sede local do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN²⁵) que constituíram o dossiê em colaboração com o Instituto Regional do Patrimônio Cultural²⁶, mas também com o Serviço Ambiental da prefeitura, dos gestores do Jardim Botânico²⁷ e do Parque Nacional da Tijuca²⁸ e do Instituto de Urbanismo da cidade do Rio de Janeiro, sob a direção do Ministério da Cultura e do Ministério do Meio Ambiente.

Esse dossiê deu continuidade à candidatura precedente, tentando responder às observações feitas pelo ICOMOS e IUCN, as quais encorajavam uma redefinição de limites do bem proposto, de sua zona de amortecimento e um aprofundamento da organização de sua gestão. O dossiê tomava assim a forma de um plano de gestão de conservação, o qual envolvia, sobretudo, uma zona geográfica bem mais ampla, incluindo notadamente a baía de Guanabara, as praias, a Lagoa...

Mas o contexto político então caótico (divergência política entre a prefeitura, o Estado e o governo federal) e a falta de engajamento da presidência do IPHAN resultaram finalmente em tal incoerência política que isto impediu a finalização desta segunda candidatura. Assim, esta não será nunca enviada à UNESCO, devido a uma decisão do Ministério das Relações Exteriores.

Desta vez, não foram descompassos entre as diferentes escalas de interpretação que fragilizam a candidatura, mas a falta de objetivo comum entre todos os atores que gravitavam em torno dela. Este abandono testemunha o peso do contexto político e econômico na validação de uma candidatura.

mondial, Relatório ao Comitê do Patrimônio Mundial, 27^a sessão, 2003, p.115, Paris, WHC- 03/ 27COM / INF8B, <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001322/132231f.pdf> (consultado em fevereiro de 2013).

24 UNESCO, *Evaluation des biens culturels*, WHC-03/27COM/INF8A, P14, 2003, <http://whc.unesco.org/archive/2003/whc03-27com-inf08af.pdf> (consultado em fevereiro de 2013).

25 <http://portal.iphan.gov.br/portal/montar-PaginaInicial.do> (consultado em fevereiro de 2013).

26 <http://www.inepac.rj.gov.br/index.php> (consultado em fevereiro de 2013).

27 <http://www.jbrj.gov.br/> (consultado em fevereiro de 2013).

28 <http://www.parque-datijuca.com.br/> (consultado em fevereiro de 2013).

Etapa 3 – 2008-2011: “A paisagem cultural carioca. Entre mar e montanha.”

No final de 2008, a última equipe foi constituída sob o impulso de personalidades institucionais, dentre as quais a coordenadora da sessão cultural do escritório da UNESCO, em Brasília²⁹. A presidente do IPHAN, bem pouco engajada nas duas primeiras tentativas, esteve à frente desta candidatura e escolheu voluntariamente, em seguida ao fracasso de 2004, trabalhar com profissionais externos ao IPHAN, favorecendo maior pluridisciplinaridade. Assim, a equipe técnica encarregada da formalização do dossiê foi composta por arquitetos, geógrafos, antropólogos e paisagistas independentes.

Seu trabalho foi supervisionado por um comitê técnico, um comitê executivo e um comitê institucional, os quais reuniram diversas instituições³⁰, tais como organizações privadas (a Fundação Roberto Marinho e a Associação dos empreendedores da UNESCO). A colaboração da Fundação Roberto Marinho, na condição de empregador oficial de membros da equipe, assegurou economicamente a perenidade desta última. Durante os três anos de elaboração do dossiê, a equipe encarregada e o responsável (no centro do patrimônio mundial ao qual caberia apreciar a correção dos dossiês apresentados) asseguraram trocas regulares de informação para facilitar a adequação do dossiê às expectativas da UNESCO. O diplomata responsável pela sessão cultura, na delegacia do Brasil na UNESCO, estava no centro dos intercâmbios e apresentou a candidatura ao longo da 36ª sessão em São Petersbourg.

A nova candidatura³¹ foi elaborada com o objetivo claro de dar resposta à interpretação que a UNESCO tinha da noção de paisagem cultural. Um delicado trabalho de seleção de limites do sítio foi assim efetuado, para responder às exigências da UNESCO respeitando ao mesmo tempo aquilo que caracterizaria a identidade da cidade do Rio para seus próprios habitantes. Deste modo, a delimitação da zona geográfica foi efetuada a fim de valorizar a relação cidade/natureza. Mas, em seguida a numerosos debates com especialistas internacionais dedicados à política patrimonial da UNESCO, esta zona incluiu finalmente apenas elementos naturais e paisagísticos.

“De que teria servido inserir o tecido urbano se nós não pudéssemos justificar a autenticidade e a integridade no âmbito das regras operacionais da UNESCO?” (Extraído da entrevista com C.V.Lodi)³².

O tecido urbano foi então rejeitado na zona de amortecimento por sua falta de peso na definição do VUE da paisagem carioca. Estes especialistas

29 <http://www.unesco.org/new/en/brasil/brasilia/> (consultado em fevereiro de 2013).

30 O IPHAN, o Parque Nacional da Tijuca, o governo do Estado do Rio de Janeiro, o Ministério da Cultura, o Jardim Botânico, os serviços urbanísticos, ambientais e turísticos da prefeitura do Rio de Janeiro.

31 IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil), *Carioca Landscapes between the Mountain and the Sea. World Heritage Nomination. Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2011.

32 Atual chefe da superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro. Arquiteto responsável pela equipe técnica durante a elaboração da candidatura.

34 VIDAL Laurent, *Les larmes de Rio*, Paris, Flammarion, 2009, 254p.

35 http://obras.rio.rj.gov.br/index2.cfm?sqncl_publicacao=414 (consultado em fevereiro de 2013).

36 <http://cidadedosambarj.globo.com/> (consultado em fevereiro de 2013).

37 Atual presidente do IPHAN. Responsável pela seção cultural da delegação da UNESCO no Brasil, no momento da entrevista.

38 WINTER RIBEIRO Rafael, *Paisagem cultural e patrimônio*, Rio de Janeiro, IPHAN, 2007, 151 p.

39 IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Brasil), *O patrimônio cultural da imigração em Santa Catarina*. Brasília, DF : Daisy Vogel, 2011. (Texto de Dalmo Vieira Filho sob a direção de Maria Regina Weissheimer).

40 ZAMBELLI André (coord.), CABRAL Carla, LODI Cristina e AIZEN Mário, *Da destruição à preservação. Construção da paisagem da cidade do Rio de Janeiro*, Prefeitura do Rio, *Revista do patrimônio cultural do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, ano 1-nº01, 12/2008, pp. 25-45.

medida esta constelação de atores pôde forjar a elaboração de um VUE em torno dos territórios da cidade do Rio de Janeiro? E inversamente, em que medida as lógicas patrimoniais impulsionaram esta dinâmica de atores?

Um contexto configurador

Desde a perda de seu status de capital política do Brasil em favor de Brasília, em 20 de abril de 1960³⁴, a cidade do Rio de Janeiro buscou se reposicionar em escala nacional e internacional. O início dos anos 2000 assistiu à aparição de novas dinâmicas, impulsionadas notadamente pelo governo federal que desejava fazer da “Cidade Maravilhosa” uma capital cultural internacional, atraindo novamente o olhar de todos. Vários campos de atuação foram mobilizados, tais como a designação de *Cidade das Artes*³⁵ ou de *Cidade do Samba*³⁶.

As duas primeiras candidaturas à UNESCO inscreviam-se sob esta vontade de reconhecimento das especificidades locais cariocas. Os responsáveis pelas candidaturas eram, sobretudo, técnicos do meio ambiente e funcionários do IPHAN, os quais basearam seus discursos sobre as características ambientais, urbanas e culturais cariocas. Mas o peso do contexto econômico, social e político, ainda excessivamente caótico desencadeou certa falta de coerência de discursos, confusão administrativa, assim como divergências políticas entre os diferentes responsáveis por estas candidaturas.

“Havia uma espécie de desconexão entre o Estado e a municipalidade, o que impedia toda possibilidade de articulação política e institucional” (Extraído da entrevista com J. de Souza Machado)³⁷.

A chegada de Luís Fernando de Almeida à Presidência do IPHAN, em 2006, marcou uma etapa importante nas políticas desta instituição. A criação de um novo concurso público para integrar a instituição modificou as estratégias de nomeação e de formação de futuros funcionários do IPHAN. Essas transformações no seio da própria instituição permitiram estruturar melhor os diferentes campos da política patrimonial nacional. Em 2007, foi criado um grupo específico de trabalho sobre a paisagem cultural. Isto favoreceu a aceleração e o aprofundamento da reflexão, já presente desde os começos da política patrimonial do IPHAN³⁸ sendo mais particularmente tratada pelo Departamento do Patrimônio Imaterial e da Fiscalização (DEPAM) do IPHAN, há uma década³⁹. Esta reflexão teve continuidade fora do âmbito do IPHAN⁴⁰ e se midiaticizou igualmente via imagens televisivas e diferentes suportes publicitários, os quais não cessavam de se referir à paisagem do

Rio. Deve-se considerar também o surgimento de diversas revistas que tratavam de questões da paisagem, tais como “Gerais do Rio”⁴¹ ou a criação de associações que propunham percursos de descoberta da paisagem carioca, a exemplo de “Roteiros Geográficos”⁴².

Ao longo dos dez anos que separam a suposta data de formulação do novo plano diretor (2002) e a data de sua efetiva implantação (2011), o serviço de urbanismo vai integrando esses desenvolvimentos significativos em torno da questão do patrimônio carioca e da noção de paisagem cultural.

“(…) o novo plano diretor, que é uma lei, apresenta todo um capítulo dedicado à paisagem, fato inédito na legislação da cidade; ele se apoia bastante sobre o conceito de paisagem porque as pessoas que participaram da formulação do plano diretor também trabalharam na elaboração do dossiê.”
(Extraído da entrevista com L. Pizotti)⁴³

O plano diretor da cidade do Rio de Janeiro, adotado em 2011 conferiu então muita importância a estas noções⁴⁴.

O Rio beneficiou-se também da curva ascendente do Brasil, o qual se posicionava a partir de então como uma nação emergente⁴⁵ que tem participado das grandes decisões planetárias (primeiro lugar no BRICS⁴⁶ em 2009).

A cidade se beneficiou igualmente de certa estabilidade política quer seja em escala nacional (com dois mandatos consecutivos de Lula da Silva a partir de 2003, seguido daquele de Dilma Youssef, a partir de 2011); regional (com os dois mandatos consecutivos de Sérgio Cabral Filho, a partir de 2007); ou aquela da municipalidade (com os dois mandatos consecutivos de Eduardo Paes, a partir de 2009). Motivadas pelo fato de sediarem a copa do mundo de futebol em 2014 e os jogos olímpicos de verão em 2016, cada uma destas instâncias de poder assumiu o compromisso de efetuar grandes transformações para remediar lacunas sociais, ambientais e urbanas da cidade.

Deste modo, elas iniciaram vários programas tais como: a criação das UPP (Unidades de Pacificação Policial⁴⁷); a construção de uma terceira linha de metrô ou de um eixo rodoviário contornando a região metropolitana; a abertura do Serviço da Ordem Pública (SEOP), o qual colocou em prática o programa “Choque de Ordem”⁴⁸; a renovação do sistema viário; o desenvolvimento do transporte público e ainda a aceleração da despoluição da baía de Guanabara (programa iniciado em 1995 e que teve de ser acelerado sob a pressão do CIO⁴⁹). Todos estes programas favoreceram a recepção de muitos outros eventos culturais e esportivos a exemplo do “Rock in Rio”⁵⁰, da “Fashion Rio”⁵¹, dos

41 « Gerais do Rio » é uma revista trimestral posta em circulação desde o começo de 2011 pela jornalista Fafate Costa.

42 « Roteiros Geográficos » é um projeto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, o qual propõe visitas gratuitas da cidade a pé, guiadas por um professor em Geografia /<http://roteirosgeorio.wordpress.com/> (consultado em fevereiro de 2013).

43 Representante da Secretaria do Meio Ambiente da cidade do Rio de Janeiro (SMAC), no seio do Comitê Técnico para a indicação do Rio à UNESCO.

44 Secretaria Municipal de Urbanismo da prefeitura do Rio de Janeiro, Lei Complementar n.º 111 de 1.º de fevereiro de 2011, p1, <http://www.rio.rj.gov.br/web/smu/exibeConteudo?article-id=138989> (consultado em fevereiro de 2013).

45 Le monde, edição especial: *Brésil. Un géant s'impose*, set-out de 2010.

46 Organização criada em 2009 reunindo cinco países cujo peso na economia mundial não para de crescer desde o começo do século XXI. Estes países são o Brasil, a Rússia, a Índia, a China e África do Sul.

jogos pan-americanos ou mais recentemente dos jogos olímpicos militares em 2011 e da Rio+20 em 2012. Por seu turno, este painel de eventos se fez acompanhar de importantes projetos urbanos, tais como o “Porto Rio”⁵².

Todos estes aspectos concorreram para a criação de um contexto favorável às novas estratégias políticas e urbanas. Tratava-se de um contexto de marketing urbano no qual se inscrevia a última candidatura. A candidatura à UNESCO, como ingrediente indispensável desta política de merchandising, reforça seu caráter sólido. De fato, ela ganhou a partir de então uma dimensão política e econômica que ultrapassou a simples vontade de reconhecimento de especificidades locais.

Assim, em aproximadamente uma década, o VUE dos territórios cariocas tornou-se progressivamente uma construção política, econômica e cultural, precisando de um conjunto de atores importantes em diversas esferas, formações e saberes, para tentar articular construções identitárias variadas que supostamente o compõem.

No âmbito da última candidatura, tal processo necessitava do envolvimento de especialistas e tecnocratas que tinham por objetivo adequar-se a uma estrutura ditada por lógicas de concorrências territoriais mais do que por aquela dos técnicos e especialistas em patrimônio, os quais buscavam fazer valer uma abordagem via patrimônio.

O contexto territorial carioca favoreceu então uma reorientação da elaboração do VUE. Passamos de um VUE fabricado pelos desafios conceituais fundamentados pela dimensão local e em função dos quais as instituições públicas e o Estado se engajaram; a um VUE engendrado pelos desafios econômicos e políticos pelos quais as instituições privadas e os atores locais implicaram-se igualmente.

“A agenda do governo de Eduardo Paes reencontra-se na constituição do comitê e na elaboração do dossiê. (...) Este foi um processo muito semelhante àquele posto em prática pela candidatura aos Jogos Olímpicos” (Extraído da entrevista com L. Pizotti)⁵³.

Sob a perspectiva da evolução política, cultural, econômica e territorial carioca, percebemos como a construção do VUE e a atribuição do rótulo UNESCO são fortemente dependentes de elementos exógenos aos conceitos de patrimônio e de memória; e como eles influenciaram a escolha de atores que trabalham pela sua constituição.

47 Estas unidades policiais afirmam que seu trabalho consiste, sobretudo, em pacificar as favelas do Rio.

48 «Choque de ordem» é um programa que afirma como objetivo reforçar a autoridade pública em todos os domínios e combater a desordem urbana presente no espaço público.

49 <http://www.infraestruturaurbana.com.br/solucoes-tecnicas/4/artigo220154-1.asp> (consultado em fevereiro de 2013).

50 Festival internacional de música, originário do Rio, realizado desde 1985.

51 Evento anual de moda organizado por Paulo Borges.

52 Projeto de renovação da zona portuária da cidade para acolher entre outros eventos uma parte dos equipamentos dos Jogos Olímpicos de 2016.

53 Representante da Secretaria do Meio Ambiente do município do Rio de Janeiro (SMAC), no âmbito do Comitê Técnico para a indicação do Rio pela UNESCO.

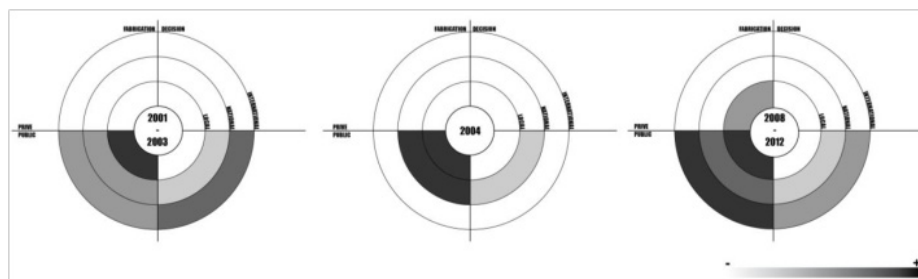


Figura 2 Esquema que recapitula a distribuição de atores nas três etapas e segundo sua escala de intervenção (local, nacional, internacional), seu papel (decisão, execução) e seu *status* (público / privado).

As grandes ausências

O peso desses parâmetros exógenos certamente condicionou a ausência da população ao longo do processo de patrimonialização. Nenhuma pesquisa pública, nenhuma sondagem, nenhuma comunicação foi feita com os usuários do território carioca antes e durante a elaboração da candidatura. E, no entanto, eles estão na origem da especificidade destes territórios patrimonializados.

O comitê de gestão (composto pelos mesmos atores que tinham montado a candidatura) trabalhou na elaboração de um plano de gestão apropriado ao *status* de “Rio Patrimônio Mundial”. No âmbito de suas reuniões de trabalho, a questão da participação cidadã era recorrente. Efetivamente, a população tornou-se a partir de então um ator inevitável para a execução de uma gestão responsável, por ser diretamente impactada, mas também responsável pelas decisões tomadas quotidianamente sobre o futuro desta paisagem cultural.

Esta mudança do lugar conferido à população levou-nos a questionar se a população poderia estar sendo levada em conta só no momento de aplicação de planos de gestão, e nunca no momento da definição de conceitos e de modelos que guiarão a construção de uma identidade territorial. A dinâmica anterior fez-nos considerar os habitantes como receptores e não como “operadores da cultura⁵⁴”, de vez que eles sofriam a imposição de um modelo social, cultural e territorial estabelecido.

Percursos emblemáticos

É também interessante recompor o percurso de alguns personagens-chave neste processo. Tal recomposição permite apreender em que medida certas orientações podem provir do fato de alguns atores encontrarem-se no seio das instituições em jogo, mais do que partir de uma política geral da instituição.

54 VINICIUS FAUSTINI Marcus, *Guia afetivo da periferia*, Rio de Janeiro, Aeroplano editora, 2009, 183 p.

J. Machado era então coordenadora da sessão cultural no seio do escritório da UNESCO em Brasília desde 2002, tendo impulsionado o lançamento da última candidatura. Em setembro de 2012, ela foi nomeada para a presidência do IPHAN pelo Ministério da Cultura brasileiro.

Quais poderão ser as consequências dessa nova presidência sobre as políticas patrimoniais nacionais? Serão elas reorientadas para uma maior adequação às lógicas patrimoniais internacionais?

A partir de 2008, C. Lodi tornou-se responsável pela elaboração do dossiê. Paralelamente ela trabalhou na Fundação Roberto Marinho sobre importantes projetos arquiteturais e de urbanismo para o território do Rio de Janeiro. Desde o começo de 2012, ela esteve à frente da seção regional do IPHAN. No momento de elaboração do plano de gestão que se seguiu à obtenção do título UNESCO, o IPHAN se assegurou, por meio desta nomeação, da continuidade das orientações que estruturaram a candidatura. Esta nomeação demonstrou igualmente que política patrimonial e política de desenvolvimento territorial são fortemente imbricadas em uma metrópole em plena ascensão.

Responsável pela seção ambiental da cidade do Rio desde o começo dos anos 2000, L. Pizotti participou da elaboração das três candidaturas. Ele trabalha hoje no seio da empresa Olímpica Municipal que é encarregada de coordenar os projetos municipais relativos aos JO e à copa do mundo. Senhor da história completa da candidatura enviada à UNESCO, a nomeação de L. Pizotti para a empresa Olímpica Municipal pode ilustrar uma vontade da prefeitura de articular valores ambientais, patrimoniais e espetaculares no cerne da transformação do território carioca.

Revedo este percurso, por um lado, constatamos que na sequência da inscrição do Rio de Janeiro na lista do patrimônio mundial da UNESCO, os principais cargos da gestão patrimonial da cidade e do país passam a ser exercidos por pessoas que trabalharam diretamente com questões da UNESCO.

Por outro lado, é interessante ver como técnicos e políticos que têm um conhecimento especializado do território carioca, ligando-o a questões de desenvolvimento e do patrimônio, são solicitados por organismos privados ou públicos, em âmbito internacional ou local em função dos desafios de tais organismos. Assim, por meio da concretização de lógicas patrimoniais, é toda uma dinâmica de atores que se tece a partir de vontades econômicas e territoriais.

O VUE, entre ética e política

O caso do processo de patrimonialização de uma parte dos territórios da cidade do Rio de Janeiro, com vistas a integrar a Lista do Patrimônio Mundial

da UNESCO como paisagem cultural, é rico em ensinamentos sobre as lógicas dos atores que podem se concretizar por meio de uma ligação entre contexto político, econômico e cultural. Ele fornece elementos quanto à manipulação e, portanto, à situação ambígua da noção de Valor Universal Excepcional. Ambiguidade que se acha entre reconhecimento ou elaboração de um patrimônio, entre ética e política, e fatores endógenos e exógenos.

Por um lado, parece que ao longo dos dez anos que separam a primeira candidatura da última, são os aspectos de mercantilização liberal aqueles que foram mais fortemente desenvolvidos em detrimento das lógicas de conceptualização do lugar da memória e do patrimônio em uma sociedade.

Uma vez tendo entrado no jogo da mercantilização territorial, as políticas de patrimonialização se valem da questão do valor dos espaços urbanos e de seu eventual VUE. Elas os reinterpretem, os fabricam, a fim de torna-los atraentes segundo os princípios do marketing urbano.

A construção do valor universal excepcional da paisagem cultural carioca tem assim sido transformada de uma abordagem do patrimônio como reconhecimento de especificidades locais para aquela de um patrimônio concebido como instrumento de vontades territoriais e identitárias, suscitando o interesse de atores privados, de tecnocratas e de diplomatas.

Esta mudança no modo de abordar o VUE precisa então ser posta em relação com o crescimento econômico e cultural do Brasil cuja riqueza e complexidade territoriais ditam novas dinâmicas socioespaciais e culturais. Mas, como questionou Jean Michel Lucas: “*Seria preciso largar as amarras da universalidade e contentar-se em classificar os objetos patrimoniais na medida das relações de força entre Estados e grupos de pressão intelectuais, culturais ou econômicos diversos, mesmo sob o pretexto de promover a tolerância e o diálogo entre culturas?*”⁵⁵.

Por outro lado, o VUE é o fruto de um processo no curso do qual se operaram igualmente tensões conceituais entre países motivados por uma inversão de lógicas dominantes / dominadas.

A UNESCO poderia ser um espaço de discussão e de troca entre países tendo por base a Convenção. Mas, hoje, eles se posicionam em competição, uma competição geopolítica e ideológica. (Extraído da entrevista com Luiz Fernando de Almeida)

55 Jean Michel LUCAS / Doc Kasimir Bisou, « *Le PCI à l'épreuve de l'universalité* », in « *Le Patrimoine, oui. Mais quel patrimoine ?* », International do Imaginário n°27, Maison des cultures du monde, Babel, 482 p., Nov 2012, Paris.

Certos países membros do comitê do patrimônio mundial têm aproveitado a oportunidade da candidatura do Rio, em curso na 36ª sessão, para levantar a questão de certa inadequação dos instrumentos de reconhecimento da UNESCO frente a inúmeros contextos culturais, urbanos e paisagísticos.

[...] o caso do Rio de Janeiro é extremamente inovador. A definição de cidade dada nesse dossiê não aparece na Convenção e, no entanto, ela poderia servir a outras cidades. Esta inscrição marca uma reviravolta na Convenção e seria oportuno criar um grupo de trabalho para avançar sobre este tema. Intervenção da Delegação Colombiana na UNESCO durante a 36ª sessão do comitê do patrimônio mundial.

Consequentemente, o comitê do patrimônio mundial decidiu organizar reuniões de trabalho a partir de 2013 sobre a questão das paisagens culturais urbanas⁵⁶.

Tal como disse Ana de Holanda, ministra da cultura no Brasil, em seu discurso de agradecimento⁵⁷ durante a 36ª sessão, a inscrição do Rio de Janeiro marca um passo na redefinição de certos desafios culturais para anular desequilíbrios entre os países e para elaborar uma nova cartografia patrimonial sob a perspectiva da noção de paisagem.

A construção do VUE carioca pode ser a partir de então percebida como uma oportunidade que os atores responsáveis não deixaram escapar, a fim de impulsionar uma abertura das lógicas patrimoniais da UNESCO, mais voltadas para os países emergentes, e reorientar os instrumentos jurídicos dessa organização internacional a partir de contextos locais.

RÉSUMÉ: Au-delà du fait que les instruments et catégories élaborées par l'UNESCO paraissent universels, un tel ensemble ne doit pas cacher les conceptions locales du champ patrimonial, celles-ci précédant fréquemment l'existence de l'idée de patrimoine mondial; il ne peut pas non plus faire oublier la complexité du processus nécessaire à la finalisation d'une candidature sur la Liste du Patrimoine Mondial de l'UNESCO. Le processus de formalisation de l'inscription de la Valeur Universelle Exceptionnelle (VUE) de la ville de Rio de Janeiro, considérée comme *paysage culturel urbain*, a commencé en 2001 et s'est terminé en 2012. Dans ce cas, la considération de la dynamique des acteurs entre le Brésil et l'Europe tout au long des trois tentatives de construction de la VUE carioca nous permet de mettre en évidence le soutien à l'ouverture des logiques patrimoniales de l'UNESCO destinées surtout aux pays émergents, celles-ci exigeant une réorientation des instruments juridiques de l'organisation internationale à partir des contextes locaux.

56 Relatório de decisões – 36ª sessão do Comitê do Patrimônio Mundial (Saint-Petersbourg, 2012), Decisão: 36 COM 13. II <http://whc.unesco.org/fr/decisions/4854/> (consultado em fevereiro de 2013).

57 Este discurso está acessível em português a partir do seguinte link:

58 <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=16727&sigla=Noticia&retorno=detalheNoticia> (consultado em fevereiro de 2013).

Artigo
Recebido: 15/09/2013
Aprovado: 30/10/2013

Mots-clé: valeur patrimoniale universelle, paysage culturel urbain, logique patrimoniale.